



Prefeitura Municipal de Jatobá

CNPJ: 01.614.878/0001-80

PERNAMBUCO

LEI Nº 272/2010.

EMENTA: Autoriza o Município de Jatobá, Estado de Pernambuco a firmar convênio com a Confederação Nacional de Municípios – **CNM** e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jatobá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Confederação Nacional de Municípios – **CNM**.

§ 1º - Fica o Município autorizado a assinar o Termo de Contribuição em anexo á presente Lei.

§ 2º - Fica o Município autorizado a contribuir mensalmente com a CNM, com o valor de **R\$ 425,00** (quatrocentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º - As despesas originadas na presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.00 – Gabinete do Prefeito

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.003.2003 – Manutenção Administrativa do Gabinete do Prefeito

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

31.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil



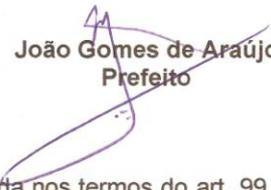
Prefeitura Municipal de Jatobá

CNPJ: 01.614.878/0001-80

PERNAMBUCO

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de março de 2010.


João Gomes de Araújo
Prefeito

Esta Lei foi publicada nos termos do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Jatobá-PE.


Jeine Gomes de Souza
Chefe de Gabinete

Ofício nº 2498/2009_CNM

Brasília, 24 de dezembro de 2009.

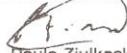
A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Prefeito(a) João Gomes de Araujo
Prefeitura Municipal de Jatobá - PE

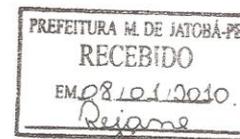
Assunto: **Assembléia Geral da CNM**

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Apesar da grave crise financeira e das dificuldades que esta impôs a todos os Municípios brasileiros, 2009 foi um ano de consolidação do Movimento Municipalista. Estivemos constantemente mobilizados e realizamos, além da Marcha a Brasília, que contou com mais de 4.000 participantes, três mobilizações no Congresso Nacional que contaram com uma média de 700 prefeitos participantes e uma extraordinária mobilização nacional no dia 23 de outubro, na qual mais de 3.800 municípios estiveram engajados para conscientizar o povo das suas reais dificuldades.
2. Também não faltaram conquistas, como o apoio financeiro, que não resolveu, mas amenizou o impacto negativo do decréscimo do FPM; conseguimos significativos avanços no texto original da Medida Provisória que tratou do parcelamento da dívida previdenciária e finalmente, aprovamos a PEC dos precatórios, com um texto muito próximo daquele originalmente proposto, assegurando o estabelecimento de um percentual do orçamento para o pagamento destes débitos, sem comprometer a prestação dos serviços públicos para nossa população.
3. Ao final do presente exercício foi possível ainda frear a burocracia estatal do Fundo Nacional de Saúde - FNS que pretendia suspender os repasses aos municípios que não haviam criado CNPJs independentes, evitando que mais de 3000 mil municípios fossem impactados negativamente.
4. A cada conquista, fica mais evidente que a ação da CNM beneficia a todos os 5.563 municípios brasileiros, independentemente de serem contribuintes ou não, o que acaba sendo injusto com aqueles que mensalmente contribuem para a manutenção da Entidade e para que a ação desta se fortifique.
5. Por esta razão a Assembléia Geral da CNM, realizada em 08/12/2009, resolveu que todos os municípios brasileiros são efetivamente filiados à CNM, alguns poucos como não-contribuintes e que estes, para continuarem a receber informações, orientações e outros benefícios, deverão contribuir para a manutenção da Entidade como fazem os demais em todo o Brasil.
6. Para os municípios não-contribuintes, como Jatobá/PE, a Assembléia Geral aprovou uma resolução no sentido de que todos fossem informados dos benefícios decorrentes do trabalho da CNM e de que os mesmos passem a ser também contribuintes, se não houver manifestação contrária expressa de parte do gestor municipal até o dia 08/02/2009.
7. Portanto, a partir de 10/02/2010, seu município passará a contribuir mensalmente com o valor de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), para poder usufruir dos benefícios oferecidos pela CNM e orgulhar-se de ser parte das conquistas do Movimento Municipalista Brasileiro. A manifestação contrária deverá ser encaminhada para a sede da CNM, no seguinte endereço: SCRS 505 Bloco C Lote 01, 3º andar - CEP 70.350-530, Brasília, DF.
8. A superação das dificuldades de gestão do Brasil, passam necessariamente pela melhoria nas práticas administrativas nos Municípios e este é o grande propósito da CNM e do Movimento Municipalista.
9. Ao encerrar gostaríamos de, em nome da Assembléia Geral da CNM e de todos os seus integrantes, desejar-lhe um Natal de muitas alegrias, um excelente encerramento de ano e muitas realizações e conquistas em 2010. Lembre-se: Município Forte, Brasil Forte!

Atenciosamente,


Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM



Sede: SCRS 505 bloco C - 3ª andar - 70350-530 Brasília/DF - Tel.: (21) 2101-6000

Escritório: Rua Marcílio Dias nº 574 - Menino Deus - 90130-000 Porto Alegre/RS - Tel.: (51) 3232-3330

Conquistas do Movimento Municipalista Brasileiro com a efetiva
Participação da Confederação Nacional de Municípios

Jatobá/PE

Conquista	Valor (R\$)
Alteração da alíquota da COFINS (1999-2006)	1.554.485,99
O fim da compensação da COFINS no IPI (2004-2006)	499.848,29
CIDE - Contrib. de Interv. no Domínio Econ (2004-2006)	104.945,36
Imposto sobre Serviços – ISS (2004-2006)	140.606,08
PAES – crédito no FPM de dezembro de 2005	66.984,05
Transporte Escolar (2004-2007)	20.661,23
Repasse direto do Salário Educação (2004-2006)	186.987,80
Merenda Escolar (2004-2007)	131.018,00
1% FPM (2007-2009)	738.071,07
Total das Conquistas (R\$)	3.443.607,87

1º Tesoureiro	JOAREZ LIMA HENRICHS	AMP - BARRAÇAO/PR
2º Tesoureiro	GILMAR ALVES DA SILVA	FMM - QUIRINÓPOLIS/GO

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

CARGO	NOME	MUNICÍPIO/UF
Titular Região Norte	JAIR AGUIAR SOUTO	MANAQUIRI/AM
Suplente Região Norte	RILDO GOMES DE OLIVEIRA	TARTARUGALZINHO/AP
Titular Região Sul	GLADEMIR AROLDI	SALDANHA MARINHO/RS
Suplente Região Sul	MAURI HEINRICH	IBIRUBÁ/RS
Titular Região Sudeste	DAVID LOUREIRO COELHO	SÃO FIDÉLIS/RJ
Suplente Região Sudeste	ELBIO TREVISAN	CESÁRIO LANGE/SP
Titular Região Nordeste	RENILDE BULHÕES	SANTANA DO IPANEMA/AL
Suplente Região Nordeste	ELIENE LEITE ARAÚJO BRASILEIRO	GENERAL SAMPAIO/CE
Titular Região Centro Oeste	SIMONE NASSAR TEBET	TRÊS LAGOAS/MS
Suplente Região Centro Oeste	ABELARDO VAZ	INHUMAS/GO

CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	ENTIDADE - MUNICÍPIO/UF
Titular	HELDER ZAHLUTH BARBALHO	FAMÉP - ANANINDEUA/PA
Titular	LUÍS COELHO DA LUZ FILHO	APPM - PAULISTANA/PI
Titular	ORLANDO SANTIAGO	UPB - SANTO ESTEVÃO/BA
1º Suplente	EVANDRO BAZZO	ASSOMASUL - JARDIM/MS
2º Suplente	LIBERATO ROCHA CALDEIRA	APM - VALENTIM GENTIL/SP
3º Suplente	JOSE MARIA BESSA DE OLIVEIRA	AMEAP - PORTO GRANDE/AP

As ocorrências que se deram durante o processo foram decididas pela Comissão Eleitoral com o acompanhamento operacional da Área Jurídica da CNM, da OAK soluções empresariais Ltda. e da Equipe de Atendimento, devidamente designada (Resolução nº 13), e conforme necessidade. Às dezoito horas, horário de Brasília/DF, a Comissão Eleitoral definiu o encerramento da Assembleia Geral de Eleição e, por meio do sistema de votação disponível no site: www.eleicaoocnm.com.br, emitiu extrato final contendo a apuração dos votos que assim se efetivaram: 1.297 (mil duzentos e noventa e sete) votos na "Chapa 1 - CNM Independente" - representando 98,03 % (noventa e oito e três décimos por cento); 15 (quinze) votos "Branco" - representando 1,13 % (um, treze décimos por cento); e 11 (onze) votos "Nulo" - representando 0,83% (oito e três décimos por cento), totalizando 1.323 (mil, trezentos e vinte e três) votantes. Após, o extrato final é validado pela Comissão Eleitoral e pela OAK soluções empresariais Ltda., Procedendo à consulta da existência de qualquer manifestação, reparo ou recurso interposto, nada houve a declarar. Resultando na aprovação da Chapa 1 - CNM Independente. Não constando nenhuma outra informação ou relato, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Rodrigo Garrido Dias, pela Comissão Eleitoral e pela empresa responsável pelo sistema de votação. Brasília, DF, 30 de março de 2009.

(Handwritten signatures and stamps)

As ocorrências que se deram durante o processo foram decididas pela Comissão Eleitoral e com o acompanhamento operacional da Área Jurídica da CNM, da OAK soluções empresariais Ltda. e da Equipe de Atendimento, devidamente designada (Resolução nº 13), e conforme necessidade. As deztoito horas, horário de Brasília/DF, a Comissão Eleitoral definiu o encerramento da Assembleia Geral de Eleição e, por meio do sistema de votação disponível no site: www.eleicaoocnm.com.br, emitiu extrato final contendo a apuração dos votos que assim se efetivaram: 1.297 (mil duzentos e noventa e sete) votos na "Chapa 1 - CNM independente" - representando 98,03% (noventa e oito e três décimos por cento); 15 (quinze) votos "Branco" - representando 1,13% (um, treze décimos por cento); e 11 (onze) votos "Nulo" - representando 0,83% (oitenta e três décimos por cento), totalizando 1.323 (mil, trezentos e vinte e três) votos. Após, o extrato final é validado pela Comissão Eleitoral e pela OAK soluções empresariais Ltda., Procedendo à consulta da existência de qualquer manifestação, reparo ou recurso interposto, nada houve a declarar. Resultando na aprovação da Chapa 1 - CNM independente. Não constando nenhuma outra informação ou relato, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Rodrigo Garrido Dias, pela Comissão Eleitoral e pela empresa responsável pelo sistema de votação. Brasília, DF, 30 de março de 2009.

CARGO	NOME	ENTIDADE - MUNICÍPIO/UF
Titular	HELDER ZAHLUTH BARBALHO	FAMEP - ANANINDEUA/PA
Titular	LUIZ COELHO DA LUZ FILHO	APPM - PAULISTANA/PI
Titular	ORLANDO SANT'AGO	UPB - SANTO ESTEVAO/BA
1º Suplente	EVANDRO BAZZO	ASSOMASUL - JARDIMMS
2º Suplente	LIBERATO ROCHA CALDEIRA	APM - VALENTIM GENTIL/SP
3º Suplente	JOSE MARIA BESSA DE OLIVEIRA	AMEAP - PORTO GRANDE/AP

CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	MUNICÍPIO/UF
Titular Região Norte	JAIR AGUIAR SOUTO	MANAQUIBAM
Suplente Região Norte	RILDO GOMES DE OLIVEIRA	TARTARUGALZINHO/AP
Titular Região Sul	GLADEMIR AROLDI	SALDANHA MARINHO/RS
Suplente Região Sul	MAURI HEINRICH	IBIRUBA/RS
Titular Região Sudeste	DAVID LOUREIRO COELHO	SÃO FIDELIS/RJ
Suplente Região Sudeste	ELBIO TREVISAN	CESÁRIO LANGE/SP
Titular Região Nordeste	RENILDE BULHOES	SANTANA DO IPANEMA/AL
Suplente Região Nordeste	ELIENE LEITE ARAUJO BRASILEIRO	GENERAL SAMPAIO/CE
Titular Região Centro Oeste	SIMONE NASSAR TEBET	TRÊS LAGOAS/MS
Suplente Região Centro Oeste	ABELARDO VAZ	INHUMAS/GO

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

1º Tesoureiro	JOAREZ LIMA HENRICHS	AMP - BARBACAO/PR
2º Tesoureiro	GILMAR ALVES DA SILVA	EMM - QUIRINOPOUS/GO



**ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA Nº 06/2009
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM**

Ao oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, a partir das 10 (dez) horas, no Hotel Nacional, em Brasília/DF, reuniram-se, por convocação da CNM os Presidentes das Associações e/ou Federações de Municípios, Secretários-Executivos das Associações e/ou Federações de Municípios, os membros integrantes da Diretoria – Gestão 2009-2012 (dois mil e nove a dois mil e doze), demais representantes municipais, juntamente com o Senhor Paulo Ziulkoski, presidente da CNM; relacionados e identificados em lista de presença própria reuniram-se, em Assembleia-Geral Extraordinária da Confederação Nacional de Municípios – CNM, sob os seguintes pontos de pauta: 1) Dia Nacional em Defesa dos Municípios – 23 de outubro de 2009 - relatórios CNM e estaduais; 2) Mobilização de 9 de dezembro de 2009 – estratégias, organização e tema: Emenda Constitucional 29 – Financiamento da Saúde; Complementação do FPM – ampliação dos recursos previstos para transferência aos Municípios (AFM); Precatórios; Flexibilização da LRF; Encerramento do exercício nas gestões municipais. 3) Procedimentos em andamento relativos ao SIAMWEB e ao CidadeCompras, entre outros; 4) Homologação de novas contribuições associativas para envolver a totalidade dos Municípios; 5) Avaliação sobre o valor atual das contribuições associativas e tomada de decisão referente à majoração da contribuição ou manutenção do congelamento; 6) Homologação de diversos atos administrativos: regulamentos, resoluções e ordens de serviço; 7) Avaliação das atividades do exercício de 2009; 8) Assuntos diversos. Presidente inicia dando boas-vindas aos presentes e, em vista que alguns presidentes ainda não terem chegado, repassa algumas informações como a realização da Mobilização sobre a regulamentação do PLP306/2009 - financiamento da saúde, que acontecerá amanhã (09/12/09) para a qual estão inscritos mais de 1.150 participantes e destes 1.905 são prefeitos; e cuja importância se dá em razão do final do ano. Presidente Humberto Pereira (ASSOMASUL) demonstra preocupação com o final do exercício, o cumprimento dos compromissos financeiros e o fechamento das contas do mês de dezembro. Presidente Paulo verifica a existência de quórum e, em referência ao tema: 1) Dia Nacional em Defesa dos Municípios – que aconteceu no dia 23 de outubro de 2009 - relatórios CNM e estaduais, pede que o Diretor Técnico da CNM, Jeconias Júnior, apresente. Jeconias informou que este movimento surpreendeu em números pois foram mais de 4 mil iniciativas ou atividades realizadas nos 3.800 Municípios que participaram da mobilização. Relatou que a CNM disponibilizou para a realização desta mobilização e para informações dos prefeitos um site personalizado contendo material técnico, publicitário, notícias, fotos, e-mail para parlamentares, cartilhas e a produção de um vídeo específico com uma linguagem simples e de fácil acesso para que os prefeitos informassem as comunidades sobre dados gerais sobre saúde, educação e as finanças municipais. Destacou que ainda no dia de ontem, foi recebido na CNM um abaixo assinado, produzido durante o dia 23 de outubro, do Município de Lins/SP contendo mais de 6000 assinaturas, solicitando a revisão do pacto federativo e se aliando às proposições da CNM. Neste dia, mais de 90% dos Municípios de Estados como: AL, BA, CE, GO, PE e MS aderiram ao Movimento Nacional em Defesa dos Municípios. Entre as iniciativas e atividades municipais realizadas pelos prefeitos, citam-se: entrevista coletiva; paralisação das atividades; apresentação de vídeo da CNM; impressão de faixas e cartazes; reunião com servidores e comunidades; passeatas; envio, pelo site da CNM, de mais de 71.000 e-mails aos parlamentares; e divulgação em jornais locais e regionais. Este Dia não contou com grande divulgação na mídia em nível nacional, mas a participação dos Municípios, seus prefeitos e suas comunidades, foi bastante efetiva e para a CNM é um marco, pois foi a maior mobilização municipalista que aconteceu no país envolvendo a população. Presidente agradece, ainda, o empenho e a motivação das entidades estaduais que contribuíram para o sucesso da iniciativa. Destacou que o grande avanço após esta realização será a obstrução da pauta no Congresso e a votação da regulamentação do financiamento da saúde. Paulo Ziulkoski afirma que essa foi a primeira experiência no Brasil e que, uma vez que além da promoção das Marchas a Brasília e de concentrar o poder mais aqui na capital e no governo federal, esse deve ser o caminho: esclarecer as comunidades e a partir disso trabalhar em Brasília. Este tipo de iniciativa objetiva descentralizar as informações, compartilhá-las com secretários, professores, conselhos municipais e mídia, e os prefeitos obtêm, por outro lado, mais aliados. O Conselheiro Liberato parabeniza a CNM pela realização do Dia Nacional. Presidente Humberto sugere que seja elaborada uma agenda e analisa que iniciativas como esta promovem a capacitação das pessoas e até mesmo os prefeitos acabam por ficar melhor instrumentalizados. Presidente Paulo comenta que para o ano que vem as questões a serem promovidas serão mais setoriais como, por exemplo, o piso do magistério, este é um tema que deve ser produzido um vídeo explicando aos prefeitos, secretários e professores como funciona o FUNDEB, o que é o piso, qual o impacto do piso nas finanças do Município, etc. Vice-Presidente da AMM, Ângelo Roncalli, sugere que a CNM prepare Nota Técnica informando sobre o piso salarial do magistério. Manifesta que, além dos sindicatos, a UNDIME tem orientado os Municípios a fazerem novo plano de cargos e salários e instituírem um salário aproximadamente de R\$ 1.300,00 o que pode até inviabilizar a administração. Presidente Paulo interviu informando que este é o momento da Assembleia Geral tomar uma decisão política em relação à UNDIME e ao CONASEMS – assunto que vem sendo trazido em diversas outras ocasiões. Estas instituições devem escutar o prefeito e se os secretários municipais vão a uma reunião, estes devem ir com os posicionamentos orientados pelos prefeitos. Se for aprovado entre os presentes, a CNM fará uma campanha direta com os Municípios para coibir a participação dos secretários nestas reuniões e se comparecerem à reunião que representem o entendimento dos prefeitos. Os secretários devem estar afinados com os prefeitos. Lembra a todos que estas instituições são dependentes financeiros do governo federal e são aparelhados por este. Os secretários são independentes dos prefeitos, estão juntos com consultorias, funcionários e uma estrutura toda montada para as discussões sobre piso, merenda, medicamentos, mas o prefeito fica de fora. Questiona o que os presidentes querem encaminhar nesta hora. É favorável que estas instituições sejam fortalecidas, mas precisam estar ao lado dos

prefeitos. O prefeito que é o gestor municipal e os interesses são os do Município – acima de qualquer interesse pessoal. Presidente Pedro Ferreira (AMM-MT) testemunha que o MEC realizou evento no Estado e patrocinou a participação dos secretários. Como sugestão, indica a realização de um evento em cada Estado em que se fará um pente fino e se estabelecerá com os secretários um novo rumo. Conselheiro Orlando Santiago sugere que seja feito um projeto para o ano que vem com a realização de capacitações em cada Estado e exigindo que o prefeito participe. Prefeito Jair Souto (AAM) acredita que este trabalho deve se dar em duas frentes: uma em Brasília/DF com reunião que agregue a UNDIME nacional, o CONASEMS nacional e outra na relação com o governo federal que tem que entender que quem defende os interesses dos Municípios é o prefeito. Presidente Paulo defende que isso tem sido feito, mas há um problema de base que é o trabalho que também deve ser efetuado pelas estaduais e pelos Municípios. A defesa dessas instituições é uma defesa de partido e não dos Municípios. Presidente Paulo é de opinião favorável à exposição do Conselheiro Orlando sobre as capacitações nos estados e que o prefeito seja orientado sobre qual o papel dos seus secretários em relação às diretrizes de educação e saúde e o que deve ser adotado em relação a essas áreas nos Municípios. Prefeito Humberto acrescenta ainda a sugestão de que cada prefeito receba uma apostila da educação e da saúde e, com essas orientações, informe os secretários de seu Município e também os conselheiros municipais. Vice-Presidente da CNM, Guerino Balestrassi, propõe que, nestes eventos, também sejam chamados a participar o presidente do Conselho e os secretários regionais, que também devem ser convencidos a participar do movimento. Após o debate, a proposta foi aceita do Conselheiro Orlando, com as sugestões do Prefeito Humberto e do Vice-Presidente Guerino. Presidente Paulo Ziulkoski adianta que este material já deve ser produzido para que em março os encontros aconteçam. Em continuidade à pauta, Presidente Paulo informa que neste horário, está acontecendo um encontro fechado de líderes na Câmara dos Deputados para tratar sobre os temas que serão colocados em votação neste final de ano e que, em breve, deverá haver novidades sobre as decisões. Alerta sobre a importância da pauta a ser discutida e sobre a necessidade de que seja deslançada a questão sobre a sede da CNM. Comunica a existência de um prédio, perto do Hotel Nacional, que está à venda, que teria condições de instalar completamente a sede própria da Confederação e que, após o almoço, poderá ser visitado e analisado sobre a viabilidade de negociação. Destaca que houve uma promessa, em 2003, de doação de terreno pelo presidente Lula, mas que até o momento não se concretizou. Esse tema é muito delicado e seu processo deve ser bem acompanhado, correto e transparente. Para exemplificar, informou que este mesmo prédio há 2 anos foi oferecido por R\$ 8 milhões – na época a Assembleia não aprovou – e, hoje, eles querem R\$ 25 milhões – o que realmente vale porque foi todo reformado. Não há outro prédio para venda e que tenha as condições que a CNM precisa. A aquisição representará uma melhora na infraestrutura, centralização das atividades – hoje a CNM está dividida em duas sedes –, redução de gastos com energia, telefone, informática, etc. além da condição de sediar as entidades estaduais e até mesmo as entidades como UNDIME e CONASEMS. Solicita que todos visitem o prédio, após o almoço e que à tarde este assunto será abordado novamente. Em andamento ao próximo tema: 2) Mobilização de 9 de dezembro de 2009 – estratégias, organização e temário (Emenda Constitucional 29 – Financiamento da Saúde; Complementação do FPM – ampliação dos recursos previstos para transferência aos Municípios (AFM); Precatórios; Flexibilização da LRF; e Encerramento do exercício nas gestões municipais), informa que entre as ações empreendidas pela CNM para divulgar e promover esta mobilização estão: - Ofício-convite e contato telefônico com todos prefeitos, secretários de saúde e vereadores; - Ofício a todos os deputados federais solicitando manifestação de apoio por escrito para a conclusão da votação, em caráter de urgência, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 306/08, que regulamenta o financiamento da saúde, e se necessário, propor a obstrução da pauta de votação; - Site personalizado com material técnico, convocação, material de divulgação, notícias, fotos, ...; - Divulgação dos Deputados que apoiam a iniciativa (mais de 40 deputados); e - distribuição de jalecos e botões adesivos aos participantes da mobilização. Pede a opinião de todos sobre se estas ações são suficientes para renovar a manifestação dos prefeitos e fazer algo diferente. Paulo Ziulkoski instrui que a idéia é que cada participante receba um jaleco branco gravado com a frase: "Deputado, vote na saúde de quem vota em você!" e que ao final das exposições no auditório saiam todos em manifestação no Senado até a Câmara. Expõe aos presidentes que o ponto crucial que quer definir é qual o procedimento a ser adotado para a fala dos Deputados que comparecerem, porque a cada mobilização é dado voz aos Prefeitos, Deputados e Senadores, mas os prefeitos não querem mais escutar os parlamentares. Aconselha que se inicie o encontro às 9h15min com o número que houver, até as 11h15min serão expostas informações gerais sobre piso, LRF, precatórios, etc. e principalmente o financiamento da saúde e pressão para a votação do PLP 306/2009. A partir das 11h15min até 13 horas, o espaço para exposição, mas é preciso que a Assembleia decida quem vai falar: somente prefeitos ou só parlamentares ou ambos. Após o debate, os presidentes e membros da Diretoria chegam ao consenso dos critérios de exposição de que somente os líderes dos partidos ou seus vice-líderes, desde que representantes, é que têm direito à fala (e-mail será encaminhado para conhecimento), demais deputados presentes terão o nome citado e cada prefeito inscrito para pronunciamento terá direito a 2 minutos no máximo. Presidente Paulo sugere que as estaduais também produzam faixas para serem expostas no auditório e também durante a caminhada no Congresso. Questionado sobre a posição que foi repassada, agora a pouco, sobre a colocação em pauta do PLP 306/2009. Presidente Paulo informou que o dep. Caiado tem sido um interlocutor dos Municípios e que a base do governo na mesa, por meio do Dep. Vacarezza, informou que não há nenhuma Medida Provisória para votar e que se possa fazer a obstrução. O governo escolhe o que quer votar ou não. O DEM – Democratas está em obstrução para a votação do pré-sal – que é também importante para os Municípios. Expõe que a situação do PLP 306/2009 é que se encontra em votação no plenário da Câmara Federal desde junho de 2008; a tramitação paralisada por pedido de destaque do Democratas (DEM) para votação em separado do texto que contém a base de cálculo da CSS; o texto base do PLP já foi aprovado, faltando apenas a votação do destaque em separado apresentado pelo DEM sobre a CSS; aprovado ou não o destaque, o projeto segue para o Senado para reexame e nova votação; se houver a devolução do projeto ao Senado –

consoada ou por meio das entidades estaduais/microrregionais municipalistas. Sugere até a criação de um fundo – ainda a ser construído – para que mantenha o sistema e também valorize os técnicos que realmente conhecem a sua estrutura. O SIAMWEB é um sistema dos Municípios também uma forma de proteger os prefeitos de consultorias e assessorias que oferecem sistemas, mas que não atendem às necessidades do Município. Detalha que até mesmo o TCE/MS está conveniado com a CNM para implantar o sistema com vistas a que seja adotado também pelos Municípios sul-mato-grossenses e a ASSOMASUL está em parceria para agilizar esta implantação. Daniela, representante da área do SIAMWEB, apresenta que o sistema integra o administrativo, finanças, tributário e recursos humanos. Controles como estoque, patrimônio, dívida ativa, PPA, LDO, folha de pagamento, rescisão, autorizações de empenho, etc. circulam de forma integrada, em Linux e Windows, dentro do sistema e os relatórios de contas estão de acordo com as exigências de grande maioria dos Tribunais de Contas dos Estados. Seu suporte é dado principalmente por chat e esse retorno tem sido satisfatório. Presidente Paulo sugere que cada Município capacite um grupo de servidores para a implantação do SIAMWEB, a exemplo do que está acontecendo no Município de Terenos/MS. Presidente Humberto expõe que a Associação também está disponibilizando um técnico e que está em treinamento para dar o suporte aos Municípios de seu Estado. Elena Garrido acrescenta que com a implantação do SIAMWEB há também a viabilidade e a facilidade de implantação do Sistema de Controle Interno. Destaca que o SIAMWEB tem também o interesse do TCE de Rondônia (RO) para procedimento idêntico ao de Mato Grosso do Sul. Presidente Paulo finalizando a temática da manhã anuncia que a visita do prédio deve se dar após o intervalo do almoço para que todos retornem à tarde e decidam os demais assuntos. No retorno à visita ao prédio sob pesquisa para compra, Presidente colhe as impressões dos presidentes e solicita que o Diretor Administrativo-Financeiro da CNM, Moacir Rangel, detalhe sobre o imóvel. Moacir revela que o prédio tem 11 andares, com 5.200 m², contém refeitório, estúdio de gravação e de rádio, salas de espera/recepção, auditório, vãos livres nos andares, ar condicionado central e também um loja no andar térreo que também pode ser alugada, 60 vagas de garagem, elevadores que vão das garagens aos andares mais altos. O prédio foi todo reformado na elétrica e na hidráulica. Presidente Paulo ressaltava que há vantagens também para a instalação das entidades estaduais, concentrando tudo num só lugar, porque em Brasília/DF, em uma área bem localizada como esta, não há lugares disponíveis e com capacidade de abrigar a Sede da CNM na estrutura em que se precisa. A proposta existente é de R\$ 25 milhões, mas questiona os presentes sobre se a CNM pode fazer uma contraproposta. Os presidentes decidem que pode ser feita uma contraproposta formal de R\$ 16 milhões e negociar até R\$ 20 milhões, sem descartar também a opção de negociação com o governo federal em relação à doação de um terreno – o que também pode ser pressionado pelos presidentes e prefeitos que tem mais proximidade com o governo, em razão da promessa do Presidente Lula ao tema. Paulo Ziulkoski observa que este processo tem que ser acompanhado por uma comissão de 3 ou 4 pessoas que participem da negociação, que formalizem e com toda transparência possível que dê respaldo à Assembleia e à Diretoria, até mesmo porque uma compra deste porte tem que ter toda a documentação em dia como IPTU, fiscalização de bombeiros, etc. além de até mesmo uma carta a cada prefeito que informe sobre o que está sendo viabilizado. Presidente Marcos Vinícius (FAMURS) apóia a iniciativa de criação da comissão e que seja realizada uma reunião específica para tratar sobre o assunto. Os presidentes decidem que não há necessidade de implantar uma comissão e que o assunto pode ser viabilizado pela CNM que manterá o grupo informado, conforme o andamento das negociações. 4) Homologação de novas contribuições associativas para envolver a totalidade dos Municípios. Presidente orienta que o objetivo é envolver a totalidade dos Municípios, que atualmente as ações da CNM beneficiam a totalidade dos Municípios brasileiros e em decorrência disso todos a ela são filiados, embora nem todos sejam contribuintes. Propõe que uma ação seja desenvolvida no sentido de declarar também contribuintes todos os Municípios brasileiros e de emitir boleto de contribuição, facultando ao gestor municipal devolvê-lo ou autorizar a contribuição se assim entender que o deva fazer. E estabelecer um prazo de 60 dias para que a partir desta data: dados, informações, notícias, acessos e outros benefícios sejam disponibilizados apenas aos Municípios contribuintes. Esta ata deverá ser encaminhada a todos os Municípios e aos presidentes, juntamente com um relatório sobre os contribuintes de seu Estado. Os presidentes apóiam a decisão e que os Municípios se organizem contábil e legalmente para a contribuição. Presidente da CNM aproveita para ressaltar sobre a necessidade de lei que autorize a contribuição. Alerta, mais uma vez, aos presidentes, sobre a vital importância que as estaduais também motivem a edição de leis neste sentido. Informa que atualmente cerca de 700 Municípios já encaminharam suas leis para a CNM, mas é preciso que as estaduais também se apropriem desta iniciativa e promover nos seus Estados. Sobre o próximo tema: 5) Avaliação sobre o valor atual das contribuições associativas e tomada de decisão referente à majoração da contribuição ou manutenção do congelamento, Paulo Ziulkoski apresenta que o objetivo é avaliar sobre o valor atual das contribuições associativas e decidir sobre a majoração da contribuição ou manutenção do congelamento e definir também valores para as capitais. Destaca que o último reajuste aprovado pela Assembleia Geral da CNM: 08/11/2005. Acredita que esta não é a hora para majoração, mas é preciso que os valores referentes a contribuição e à disponibilização do site sejam unificados. Elena Garrido informa que o site é um facilitador para o Município e também uma exigência do Ministério Público e do Tribunal de Contas, uma vez que o site da CNM é gratuito e os prefeitos podem disponibilizar seus relatórios e efetivar a transparência das ações da gestão, além é claro de melhor divulgar o Município na rede. Destaca também que há cerca de 8 meses a CNM somente cobra especificamente dos Municípios os valores referentes às contribuições sem quaisquer outros acréscimos. Os presidentes concordam e solicitam que seja encaminhada uma carta aos prefeitos informando sobre a aprovação da unificação dos valores (contribuição e site), mas sem majoração dos valores, e que em outra ocasião a Assembleia novamente discuta o assunto e até mesmo veja uma indexação para correção dos valores. Presidente, em vista da aprovação unânime, informa que as contribuições obedecerão aos seguintes valores (coeficiente de FPM e respectivo-valor de contribuição): 0,6 = R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais); 0,8 = R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais); 1,0 = R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais); 1,2 = R\$ 480,00

(quatrocentos e oitenta reais); 1,4 = R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais); 1,6 = R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais); 1,8 = R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais); 2,0 = R\$ 700,00 (setecentos reais); 2,2 = R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais); 2,4 = R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais); 2,6 = R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais); 2,8 = R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais); 3,0 = R\$ 1.000,00 (mil reais); 3,2 = R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais); 3,4 = R\$ 1.100,00 (mil e cem reais); 3,6 = R\$ 1.190,00 (mil, cento e noventa reais); 3,8 = R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais); 4,0 = R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais). Seguindo a ordem do dia, Presidente aborda a respeito da realização da próxima Marcha a Brasília. Após debate entre os presentes, decidiram que a CNM é que deve ditar a programação a ser desenvolvida e que a linguagem dos parceiros e demais envolvidos na realização seja única para que não haja desgastes. Data e local de realização serão de 18 a 20 de maio de 2010, no Hotel Blue Tree, em Brasília/DF. Em relação a patrocínios e/ou recursos próprios e à exposição de empresas, foi definido que podem ser realizados contratos com SEBRAE e outros parceiros, além é claro de promover a feira. Em relação às atividades a serem executadas junto ao Congresso Nacional e em eventos paralelos isso deverá ser debatido mais adiante. O item de pauta: 6) Homologação de diversos atos administrativos: regulamentos, resoluções e ordens de serviço e contratos firmados pela CNM que foram apresentados por Eliena Garrido que discorreu sobre as Resoluções e Ordens de Serviços emitidos no exercício de 2009, entre estas: a que aprova o regulamento de compras – atividade já em prática na Confederação, mas que precisa da chancela da Assembleia; que outorga poderes de representação ao Diretor Administrativo-Financeiro, de forma a oficializar muitas das atividades já exercidas desde 2003, como controle de pagamentos e de compras, recursos humanos e outras operações; que todos os atos relativos à aquisição de bens e serviços ficam sujeitos à divulgação em meio eletrônico e preferencialmente por pregão; que estabelece obrigatoriedade da divulgação do plano de cargos e salários dos colaboradores da Confederação; e que estabelece que a prestação de contas anual deverá ser disponibilizada no Portal da CNM a partir de janeiro de 2010. Citou também os contratos realizados pela CNM tanto os relativos à prestadores de serviços, como consultorias e aquisições. Em vista destes processos visarem à transparência e melhor divulgação das ações da Confederação, restaram todos atos aprovados pela Assembleia. No que respeita ao tema: 7) Avaliação das atividades do exercício de 2009, Presidente Paulo relata que entre as Promoções da CNM, foram realizadas 6 Assembleias Extraordinárias da CNM; 5 Mobilizações Municipalistas; 3 Encontros com Novos Gestores e a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Nos encontros nos quais a CNM representou os Municípios, citam-se: 171 Reuniões em Conselhos 16 Audiências Públicas; 58 Congressos e Seminários; e 41 Eventos diversos (reuniões, solenidades...). Os principais temas abordados durante os citados eventos neste ano de 2009 foram: Crise financeira nos Municípios; Endividamento previdenciário; Financiamento da saúde; Mudanças climáticas; Pacto federativo; e Piso salarial dos profissionais do magistério. Presidente da CNM destaca que a cada mobilização realizada neste ano a participação dos prefeitos foi num crescente alcançando o pico de mais de 1400 presentes na última mobilização e que para o encontro de amanhã já estão inscritos mais de 1.150 participantes. 8) Entre os assuntos diversos a serem expostos como ponto de pauta, Eliena Garrido solicita aprovação da Assembleia para que seja autorizada a permissão de que o cadastro do CidadeCompras seja utilizado em pregões realizados por empresas públicas e privadas (sem fins lucrativos) e organizações não-governamentais vinculadas a Municípios ou com eles conveniadas. A Assembleia confirma a possibilidade. Jeconias traz o relato da última reunião do CAF – Comitê de Articulação Federativa. Destaca que, conforme compromisso assumido pelo Presidente Lula durante a XII Marcha, o Comitê iniciou o projeto de consolidação da legislação dos programas federais, contudo os representantes do governo federal não apresentaram proposta e a reunião ficou só no campo das idéias. No próximo dia 10 de dezembro, haverá nova reunião entre governo federal e CNM. A Confederação já elaborou uma proposta preliminar que visa, nesta iniciativa, à consolidação das leis da saúde, da educação e da assistência social, mas principalmente inserir o financiamento das políticas públicas com a atualização e a correção dos valores de todos os comprometimentos financeiros que os prefeitos têm, devido à execução dos programas. A proposta da CNM ainda não foi apresentada ao Comitê. E, enquanto o governo federal não apresenta propostas, os técnicos da Confederação estão elaborando estudos que melhor subsidiem essa consolidação. Ao final deste tema, chega à Assembleia a informação de que o PLS 450/2009 - Sen. César Borges, sobre a flexibilização da LRF, teve sua aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos. Em relação à agilização da lei de autorização de contribuição às entidades municipalistas, motivada pela CNM, em todo país, após as ações judiciais no Rio de Janeiro - conforme já informado antes, o Presidente Vicente Guedes, da AEMERJ, informa que a entidade está viabilizando uma Emenda Constitucional Estadual que reconheça a entidade estadual e a CNM a fim de legalizar as contribuições. Presidente Paulo sugere que as demais entidades também o façam em seu Estado, pois a Constituição é aceita e inquestionável pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. Denilson Magalhães, técnico da Área de Saúde da CNM, orienta sobre o cadastramento de CNPJ para os Fundos Municipais de Saúde. Relata que o CNPJ é exigível, mas as implicações estão na Secretaria da Receita Federal que exige que o CNPJ seja tipo matriz, como se o Fundo fosse nova pessoa jurídica, e que o Ministério da Saúde não pode passar recursos para Fundos irregulares. A CNM está aguardando a manifestação da Receita Federal. Em reunião com a Diretoria do Fundo Nacional de Saúde – FNS, a CNM foi informada de que a exigência só ocorreu após aval do Presidente do CONASEMS. Selma Maquine, técnica da Área de Educação da CNM, aborda sobre piso salarial do magistério que tem despertado nos prefeitos algumas dúvidas sobre quanto será o FUNDEB para que se possa calcular o piso; quanto é o piso de 2009, quanto é o piso de 2010 e como se faz o plano de carreira. Classifica os prefeitos como reféns dos sindicatos que, apoiados pelas UNDIMES, estão exigindo alterações nos planos de carreira e o vencimento inicial dos professores. Contudo, há decisão do STF – em medida cautelar - que afirma que piso não é vencimento inicial e, se piso é remuneração, não há porque alterar planos de carreira. Eliena Garrido ressalta que plano de carreira é plano de crescimento, de valorização profissional para classes e para níveis, não é salário! Selma informa que a Área de Educação está elaborando Nota Técnica que esclarecerá estes pontos e que também informará sobre como fazer o

complemento do piso salarial – que não é gratificação, nem adicional – para aqueles que não o alcançam. Isso deve ser esclarecido a todos os profissionais de educação, porque o piso é para professor da educação básica. Em vista da pertinência dos temas para o conhecimento do prefeito que está vivenciando estes problemas no dia-a-dia, Presidente Paulo Ziulkoski sugere a realização em todos os Estados, de encontros, com o forte apoio das entidades estaduais, para todos os prefeitos conhecerem estas matérias – o que foi prontamente aprovado pela Assembleia. Nada mais sendo tratado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Luciane Pacheco, pelo Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski e pelos diretores: Jurídico – Elena Garrido, Técnico – Jeconias Rosendo da Silva Júnior e Administrativo-financeiro – Móacir Rangel, bem como por todos os participantes conforme listagem de presenças anexa. Brasília/DF, 08 de dezembro de 2009.



ANEXO I DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO

INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO DÉBITO DA CONTRIBUIÇÃO

Prefeitura Municipal de		UF	
Fator FPM	CMP		
Agência:	C/C Banco do Brasil (FPM)		
Endereço			
Cidade	UF	CEP	
Contato	Cargo		
Telefones	Tel. Gabinete		
Fax	Data de fundação do Município		
E-mail			
Site na Internet			

DADOS PARA EMISSÃO DA CARTÃO DE PREFEITO E ENVIO DE SMS

Nome	CPF
RG	Órgão Exp.
Data Nascimento	Regular
e-mail pessoal	

FAVOR ENCAMINHAR ESTE DOCUMENTO DEVIDAMENTE ASSINADO PARA:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM
 SCRS 505 - Bloco 5 - Sala 01 - 2º Andar - ASA SUL
 BRASÍLIA - DF - CEP 70.050-110

Informações:
 Fone: (61) 2101-3555 - Departamento de Relações Institucionais - CNM
 ou pelo e-mail: atendimento@cnm.org.br

FPM	0,6	0,8	1,0	1,2	1,4	1,6	1,8	2,0	2,2	2,4
Valor	315,00	365,00	425,00	480,00	530,00	580,00	630,00	700,00	760,00	830,00
FPM	2,6	2,8	3,0	3,2	3,4	3,6	3,8	4,0	4,2	4,4
Valor	880,00	940,00	1.000,00	1.060,00	1.120,00	1.180,00	1.260,00	1.300,00	1.450,00	-



ANEXO I DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO

INFORMAÇÕES PARA CADASTRO E DÉBITO DA CONTRIBUIÇÃO

Prefeitura Municipal de		UF	
Fator FPM		CNPJ	
Agência:		C/C Banco do Brasil (FPM)	
Endereço			
Cidade		UF	CEP
Contato		Cargo	
Telefones		Tel. Gabinete	
Fax		Data de fundação do Município	
E-mail			
Site na Internet			

DADOS PARA EMISSÃO DA CARTEIRA DE PREFEITO E ENVIO DE SMS

Nome		CPF	
RG		Orgão Exp.	
Data Nascimento		Celular	
e-mail pessoal			

FAVOR ENCAMINHAR ESTE DOCUMENTO DEVIDAMENTE ASSINADO PARA:
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM
 SCRS 505 - Bloco 2 - Sala 01 - CEP 71200-000 - ASA SUL,
 BRASÍLIA - DF - CEP 71200-000

Informações:
 Fone: (61) 2104-8855 - Departamento de Relações Institucionais - CNM
 ou pelo e-mail: atendimento@cnm.org.br

EP	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5
Valor	315,00	365,00	425,00	485,00	545,00	605,00	665,00	725,00	785,00	830,00
FPM	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6
Valor	880,00	940,00	1.000,00	1.060,00	1.120,00	1.180,00	1.240,00	1.300,00	1.450,00	-